

Metodologia de ensino em pesquisa social quantitativa

Bianca de Freitas Linhares¹, Douglas Santos Alves²

Resumo

Os métodos e técnicas de pesquisa social encontram-se divididos num dualismo entre quantitativo e qualitativo. O presente artigo se propõe a debater esta oposição a partir da relativização das técnicas e da totalidade da pesquisa e sua lógica interna. Além disso, o texto problematiza os efeitos deste antagonismo na formação dos profissionais em Ciências Sociais, sejam eles pesquisadores ou não, e na própria prática de pesquisa. Esta, por fim, pensada para além dos dualismos metodológicos e epistemológicos, deve ser concebida em sua realidade concreta, histórica e social, de forma a se desfazer imagens romantizadas que a circundam. Com isso, torna-se possível conceber o conhecimento produzido em Ciências Sociais como resultado de relações de poder e hegemonia no interior de um campo acadêmico cujo centro encontra-se fora da realidade brasileira e latino-americana.

Palavras-chave: Metodologia de Pesquisa. Pesquisa Quantitativa. Pesquisa Social.

Teaching methodology at social research quantitative

Abstract

The methods and techniques of social research are divided in dualism between quantitative and qualitative. This paper intends to discuss this opposition from the relativization of techniques and the entire research and its internal logic. In addition, the text discusses the effects of this antagonism in the training of social science professionals, whether or not researchers, and own research practice. Finally this practice thought beyond the methodological and epistemological dualisms, must be thought in its concrete historical and social reality in order to discard romanticized images that surround it. From this, it becomes possible to conceive of knowledge produced in social sciences as a result of power relations and hegemony within an academic field whose center lies outside the Brazilian and Latin American reality.

Keywords: Research Methodology. Quantitative Research. Social Research.

Introdução

A formação do cientista social, em nível de graduação - bacharel ou licenciado - ou de pós-graduação, passa pela aquisição de um *corpus* teórico mais ou menos referenciado no meio, bem como pelo domínio do processo de construção de conhecimento científico. A primeira dimensão da formação profissional, a teórica, não só é largamente aceita como requisito essencial, mas chega a ser mesmo naturalizada. A naturalização pode significar um problema em contextos como o brasileiro e o latino-americano, uma vez que mais se utilizam

¹ Doutora em Ciência Política (UFRGS), professora no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPel.

² Mestre em Ciência Política (UNICAMP), doutorando em Ciência Política (UFRGS) e professor da UFFS.

de teorias concebidas ao redor do mundo do que produzem teoria social. Já a segunda dimensão, referente à pesquisa, sofre preconceitos variados que interferem na formação do profissional de Ciências Sociais. A divisão da formação em licenciatura e em bacharelado remete a uma separação entre professores e pesquisadores, na qual os primeiros (supostamente) não necessitam dominar as ferramentas ligadas à pesquisa e os segundos (muitas vezes) dispensam a formação didático-pedagógica. Em ambos os casos, ainda, se reproduz outro tipo de preconceito, referente a certo antagonismo criado entre abordagens de pesquisa qualitativas e quantitativas. Em todos os cenários se produz uma formação não só deficiente, mas que cria as condições necessárias para sua perpetuação deficitária. Por um lado, limita-se a autonomia do profissional e do estudante frente ao conhecimento canônico. Por outro, debilita-se sua capacidade de crítica, tornando-o refém do conhecimento estabelecido desde os grandes circuitos produtores de pesquisa e de teoria social, em geral Estados Unidos e Europa. Desde esta perspectiva, torna-se fundamental reestabelecer a unidade entre ensino e pesquisa e, para tanto, desfazer os falsos antagonismos entre métodos e técnicas quantitativas e qualitativas necessários à pesquisa.

1. A Oposição qualitativo-quantitativo e o preconceito com os números

Por diversos motivos, os métodos quantitativos têm sido vistos com certo preconceito e mesmo desconfiança pelas Ciências Sociais na América Latina (BAQUERO, 2009). O motivo primeiro provavelmente está vinculado ao fato de que o estudante que opta por um curso de humanidades acredita que estará escapando, dessa maneira, dos números. Em geral, os conhecimentos ligados à matemática são vistos como uma completa abstração, que dificilmente poderão se articular a qualquer realidade objetiva. Tornam-se, dessa forma, pensamento mágico e/ou operações sem sentido que produzem resultados por meio de procedimentos obscuros e misteriosos. Os números, encarados deste modo, adquirem aparência fantasmagórica.

Contudo, este preconceito ganha imensa força quando encontra, no interior do meio acadêmico, certas ideias que já se tornaram senso comum entre professores e pesquisadores. Dentre elas a de que métodos e técnicas de pesquisa possuiriam, por si mesmos, certa carga ideológica e/ou conteúdo epistemológico. Disso decorre um antagonismo já naturalizado no Brasil e na América Latina

entre pesquisa qualitativa e quantitativa, cujas origens geralmente ficam despercebidas.

No contexto do pós-guerra, os estudos comparativos entre países ganharam grande atenção. O complexo industrial militar ligado ao governo norte-americano passou a financiar direta e indiretamente centros e institutos de pesquisa social ligados às principais universidades dos Estados Unidos (CHILCOTE, 1997). Em um momento marcado pela guerra fria, o interesse em conhecer a realidade dos países do chamado terceiro mundo se vinculava à necessidade de obter influência num mundo dividido entre o campo soviético e o capitalista. A América Latina, neste contexto, tornou-se alvo de interesse de estudiosos financiados por órgãos como Pentágono, CIA (Agência Central de Inteligência) e FBI (Bureau Federal de Investigações), Departamento de Estado, dentre outros (CHILCOTE, 1997). É preciso lembrar que, neste período, ocorriam diversos golpes de Estado na América Latina e os altos comandos militares latino-americanos possuíam estreitos laços com os EUA.

Também como resultado da corrida tecnológica e armamentista do mundo bipolar foram desenvolvidos os primeiros computadores. Sua criação permitiu um grande avanço na área da estatística, que logo foi incorporada às Ciências Sociais como ferramenta de análise de dados coletados em larga escala. Assim, estudos quantitativos começaram a se alastrar, fornecendo dados que permitiam sustentar análises sobre a realidade dos países que eram disputados como área de influência pelos dois blocos em conflito na guerra fria.

Os preconceitos e as desconfianças que citamos, entretanto, não podem ser suficientemente explicados por estes motivos, uma vez que a queda do Muro de Berlin (1989) colocou um suposto ponto final naquela situação. O fato é que dentro do campo das Ciências Sociais há uma acirrada disputa epistemológica. As correntes teóricas hegemônicas, principalmente no meio acadêmico norte-americano, procuraram tomar como referência as ciências exatas, buscando sempre regularidades e padrões fixos no interior dos fenômenos sociais, tomados como objetivos. Com o advento da informática e o grande impulso que ela ocasionou no desenvolvimento da estatística, os estudos de tipo quantitativo foram imediatamente assimilados pelas linhas mais conservadoras das Ciências Sociais daquele país. Do ponto de vista epistemológico, encaixaram-se numa leitura da realidade baseada em padrões matematicamente explicáveis, e do ponto de vista político, fortaleceram uma concepção de ciência instrumentalizada por interesses governamentais e/ou privados.

No caso da Ciência Política, é interessante notar que a realização de pesquisa já não se tratava mais de uma atividade intelectual de um pesquisador isolado refletindo a partir de seus livros e estudos sobre a realidade. Ela passou a se apoiar em grandes aparatos de pesquisa com projetos internacionais e equipamentos até então caros e exclusivos³, financiados por somas que chegavam a cifras monumentais.

De outro lado, também se desenvolveu ao longo da história das ciências humanas e sociais uma concepção de ciência que se opunha a esta visão epistemológica de tipo objetivista. Segundo tal concepção, eixo norteador da apreensão da realidade social não deveria estar focado na explicação, mas na compreensão, e os fenômenos deveriam ser entendidos dentro da subjetividade dos atores envolvidos, sendo o pesquisador parte da realidade analisada, e não um observador externo.

Deste modo, de acordo com Santos Filho e Gamboa (2007), construiu-se uma dicotomia entre paradigmas epistemológicos realista-objetivo e idealista-subjetivo, que se traduziria na oposição entre métodos e técnicas de pesquisa quantitativos e qualitativos.

Assim, nesse cenário tão peculiar, os métodos quantitativos acabaram sendo identificados, do ponto de vista político, com interesses geralmente alheios à realidade dos países do então terceiro mundo. Já do ponto de vista teórico-epistemológico, foram de imediato associados a uma concepção de ciência rígida e conservadora. Tais elementos combinados serviram de base para um clima de desconfiança na recepção dos métodos e das técnicas quantitativas no Brasil e na América Latina, e fortaleceram a dicotomia metodológica entre as abordagens quantitativa e qualitativa.

2. Falsas dicotomias e antagonismos desnecessários

As pesquisas quantitativas estão profundamente apoiadas na estatística, porém seria um engano acreditar que esta antecede as Ciências Sociais na realização da pesquisa social. Ao contrário, ela deve ser entendida como mera ferramenta, como auxílio e ponto de apoio. Os números não podem nos dizer nada se não forem interpretados à luz das teorias e perdem seu significado se não tiverem por referência o problema de investigação.

³ Basta recordar que, se hoje os microcomputadores são relativamente acessíveis, nos anos 1960 eram máquinas gigantescas, que ocupavam andares inteiros de prédios em salas refrigeradas e eram de uso exclusivo militar ou para pesquisa.

Em geral, construiu-se um antagonismo no nível técnico. Métodos e técnicas de coleta, organização e tratamento de dados empíricos acabaram sendo contrapostos nos campos qualitativo e quantitativo. De acordo com Santos Filho e Gamboa (2007), este antagonismo é falso. A dimensão técnica da pesquisa é uma parte do processo e, como tal, está subordinada ao todo. Reconhecer esta relação entre parte e todo torna possível relativizar as técnicas e a dimensão metodológica de uma investigação, e ampliar o leque de opções disponíveis ao pesquisador. Além disso, permite superar a concepção essencialista, necessariamente decorrente de tal dualismo, na qual lançar mão de ferramentas oriundas da estatística (ou das técnicas qualitativas) por si só seria o suficiente para determinar o caráter de uma pesquisa.

Contudo, ainda conforme os autores (SANTOS FILHO; GAMBOA, 2007, p.89), ao se relativizar as partes corre-se o risco de reproduzir a mesma dicotomia no nível epistemológico. Assim, estaria simplesmente transferindo-se o antagonismo de uma dimensão para outra e, ao final, reforçando a dicotomia simplificadora entre paradigmas epistemológicos opostos. Deste modo, restaria o retorno ao beco sem saída de opções excludentes entre si e que acarretam, novamente, a limitação das ferramentas disponíveis à pesquisa.

A saída apresentada seria problematizar a lógica geral que articula as diferentes partes do todo (técnica, teoria, método e epistemologia), de forma a tentar superar os dualismos, seja no nível técnico metodológico, seja epistemológico. Não se trata aqui de negligenciar as diferenças existentes, tampouco seus efeitos concretos na investigação. Contudo, trata-se de não reduzir tais diferenças a dois polos estritos, reconhecendo um *continuum* entre eles. A partir disso, é possível explorar as possibilidades outras que existem de fato entre os dois paradigmas epistemológicos apresentados e, no limite, buscar a construção de sínteses (SANTOS FILHO; GAMBOA, 2007, p.96-97). Desde este ponto de vista, a oposição entre quantidade e qualidade pode ser pensada, agora, como complementariedade, sem que se fechem os olhos para as peculiaridades e os limites de cada abordagem.

3. As Escolhas dentro da lógica da pesquisa

O processo de construção do conhecimento científico por meio da pesquisa está longamente discutido em diversos manuais acadêmicos. Contudo, boa parte desses manuais passa ao largo do problema dos antagonismos que expusemos. Sem reproduzir aqui essa literatura e buscando pensar a investigação

científica para além de dicotomias radicais, acreditamos que é possível recolocar o problema das técnicas e dos métodos em uma outra posição, subordinada, agora, à lógica geral da pesquisa. Recordamos novamente que a definição dos métodos e das técnicas de coleta, organização e tratamento de dados constitui somente uma das diversas etapas da pesquisa científica.

A seleção do instrumental metodológico está, portanto, diretamente relacionada com o problema a ser estudado; a escolha dependerá de vários fatores relacionados com a pesquisa, ou seja, a natureza dos fenômenos, o objeto da pesquisa, os recursos financeiros, a equipe humana e outros elementos que possam surgir no campo da investigação. Tanto métodos quanto técnicas devem adequar-se ao problema a ser estudado, às hipóteses levantadas e que se queira confirmar, ao tipo de informantes com que se vai entrar em contato (MARCONI; LAKATOS, 2010, p.147).

Assim, sua definição passa a ser uma escolha arbitrária do pesquisador, porém não é uma escolha ao acaso. Obedece à lógica geral da pesquisa, desde a formulação do problema. Em última instância, diz respeito ao meio mais eficaz, dentre uma diversidade de meios disponíveis, para se levar adiante a investigação. Mais ainda, antes de estar ligado a um problema de tipo epistemológico, está ligada à globalidade do projeto de pesquisa, e mesmo a fatores bastante concretos, porém nem sempre considerados com a devida importância, como os recursos financeiros e humanos disponíveis, por exemplo.

Além disso, envolve um exercício muito acurado e criativo de manipulação de teorias. Transformar conceitos teóricos geralmente abstratos e complexos em indicadores concretos e verificáveis na realidade constitui uma condição necessária para a construção de qualquer questionário (QUIVY; CAMPENHOUDT, 2008). Para tanto, um profundo domínio das teorias é necessário. Ousamos afirmar que, se isso vale para uma pesquisa, vale também para quem estuda os resultados de uma pesquisa. Não só a construção de dados, mas também sua interpretação exige a mediação da teoria.

É neste sentido que destacamos a possibilidade instrumental da estatística para as Ciências Sociais. Compreender tal afirmação impõe a ruptura com os preconceitos e as desconfianças.

A escolha de métodos e de técnicas quantitativas, uma vez realizadas as etapas que antecedem o desenvolvimento da pesquisa, agora sim, trazem implicações efetivas, mas que já estavam contidas nos momentos anteriores da investigação.

4. Mais uma vez o Quali e o Quanti...

Como parte do imaginário construído em torno da pesquisa quantitativa, criou-se a ideia de que ela seria inferior à qualitativa. Da mesma forma, difundiu-se o preconceito de que o contato mais intenso com o objeto de pesquisa, e mesmo a possibilidade de uma intervenção crítica na realidade, seriam possíveis somente com a pesquisa qualitativa (DILTHEY, 1951). Do outro lado da moeda, alguns “quantitativistas” afirmariam que a pesquisa quantitativa seria mais “científica” por ser mais precisa e ainda por seus resultados poderem ser generalizados⁴, pensamento herdado da vertente comtiana que indica o tratamento de objetos sociais e culturais da mesma forma que os das ciências exatas.

Esse antagonismo, reafirmamos, é falso, além de contraproducente. O critério para se afirmar se uma técnica é melhor do que outra não pode ser a técnica em si, mas o tipo de investigação que se pretende realizar. O contato com o objeto de pesquisa, por sua vez, está presente em ambas, ainda que não seja garantia de maior rigor metodológico e científico para a coleta de dados. Por fim, a possibilidade de intervenção na realidade estudada, quando e se for desejável, é uma questão que diz respeito ao pesquisador, e provavelmente será mais eficiente após a finalização da pesquisa. Investigações rigorosas permitem uma melhor caracterização da realidade, necessários para qualquer intervenção mais efetiva.

Para além dessas falsas polêmicas, o fato é que os métodos e as técnicas, sejam quais forem, possuem suas vantagens específicas e seus limites próprios. Com base nessa premissa, apresentamos abaixo um quadro comparativo onde se encontram relacionadas características das pesquisas quantitativa e qualitativa.

Quadro 1: Quadro comparativo entre as pesquisas quantitativa e qualitativa

	Quantitativo	Qualitativo
Uso	Descrever variável ou separá-la como categoria para descrevê-la em grandes populações. Buscar regularidades e generalizações teóricas para determinado universo.	Conhecer de maneira aprofundada um determinado evento ao observar vários elementos de um mesmo grupo. Buscar a subjetividade dos atores. Não quer generalizações para universo maior do que o pesquisado.
Características da amostragem	Técnicas estatísticas para definição prévia de uma amostra da população que (sendo amostra probabilística) representará toda a população.	Número de informantes não pode ser pré-definido, sendo normalmente abordado um pequeno número de pessoas, de maneira que essas tragam a visãoêmica do grupo.

⁴ Devemos lembrar que a generalização só é possível mediante construção de amostras representativas, não possível em todos os tipos de estudos quantitativos.

Algumas técnicas de coleta de dados	O mais comum é o <i>survey</i> . Podem ser utilizados dados primários e/ou secundários.	Observações, entrevistas em profundidade, entrevistas em grupo, construção de redes de relações. Os dados provêm de fonte primária.
Alcance das técnicas de coleta de dados	Explora-se um grande número de questões “rasas” (pois são perguntas fechadas), obtendo-se poucas propriedades de muitas unidades de análise.	Aplica-se um pequeno número de questões (em relação à pesquisa quantitativa), mas de forma aprofundada, alcançando-se muitas propriedades de poucos casos.
Potencialidades	Com a utilização de amostras de grande porte é possível generalizar os resultados para toda a população.	Devido ao pequeno número de casos, há uma compreensão aprofundada do funcionamento do grupo. Podem ser aproveitados dados que não eram inicialmente buscados.
Limitações	Levantamento de dados restritos ao questionário fechado previamente definido. Também há dificuldades de um mesmo instrumento de coleta ser igualmente acessível a diferentes camadas da população.	Investimento de muito tempo. Apenas pesquisadores com um grau mínimo de solidificação teórico-metodológico para atuar na pesquisa. Por se tratar de amostras pequenas, não são possíveis generalizações.
Tipo de Análise	Estatística	“Interpretação de eventos”
Algumas técnicas de análise	Estatísticas descritivas (medidas de tendência central, estatísticas de variação, estatísticas de distribuição), análise entre variáveis (análise de contingência, técnicas como análises de correlação, de regressão e fatorial).	Análise de discurso, análise de conteúdo, teoria fundamentada, na qual diferentes técnicas de coleta de dados são sistematizadas para elaborar uma teoria.
Relação com unidades da amostra	Superficial e pontual para a coleta de dados. Assim, os entrevistadores podem ter variadas formações, pois devem receber treinamento específico para aplicar determinado instrumento de coleta de dados. Diferentes pessoas podem atuar nas diversas fases da pesquisa.	Profunda, na qual é necessário o desenvolvimento de laços de confiança. Dessa forma, os pesquisadores precisam ter formação específica na área de metodologia qualitativa da forma mais abrangente possível. É recomendável que uma mesma pessoa desenvolva todas as fases da pesquisa.
Decisões	São definidas antes de ir a campo: unidades de análise, instrumento de coleta de dados, banco de dados, técnicas de análise de dados. Rigidez quanto a que dados coletar e ao processo de coleta de dados.	Não há uma pré-definição quanto a qual unidade de análise entrevistar. Há uma flexibilidade quanto às decisões antes, durante e no fim da pesquisa (havendo novos dados ou eventos relevantes, esses devem ser analisados).
Tempo/Espaço	Pesquisa Extensiva, na qual muitos casos são contatados em um espaço geográfico amplo, mas em curto espaço de tempo.	Pesquisa Intensiva, na qual um ou poucos casos (suficientes para analisar todo o grupo) são abordados, geralmente em um espaço geográfico pequeno durante um intervalo temporal grande.

Fonte: Elaborado com base em Vítora, Knauth e Hassen (2000) e em Rotman (2006).

O Quadro 1, ao indicar características tão díspares das pesquisas quantitativa e qualitativa, nos remete a uma ideia bastante difundida em algumas instituições de ensino, qual seja, a de que abordagens quantitativa e qualitativa se opõem. Não é nossa intenção ir de encontro ao óbvio – “quanti” e “quali” são, de

fato, diferentes. Contudo, justamente por suas peculiaridades, seus limites e suas oportunidades, há diversas possibilidades de pesquisa que são pouco exploradas.

Reconhecer tanto os limites quanto as vantagens das pesquisas quantitativa e qualitativa torna possível trabalhar a complementaridade e a integração entre elas (VÍCTORA; KNAUTH; HASSEN, 2000; ROTMAN, 2006; MARRADI, 2002)⁵. Conhecer um determinado objeto de pesquisa por vezes demanda uma combinação de técnicas e de métodos. Além disso, o uso das técnicas quantitativas requer o domínio de algumas técnicas qualitativas. A simples construção de um questionário, por exemplo, pode requerer a realização de grupos focais e de entrevistas em profundidade para se acessar a dimensão intersubjetiva necessária à construção de perguntas fechadas capazes de serem compreendidas pela população a ser estudada. Da mesma forma, a análise das respostas por vezes demanda um trabalho apoiado em técnicas de análise de conteúdo (BABBIE, 2003). Outras formas de complementaridade são indicadas por Víctora, Knauth e Hassen (2000): após uma análise dos dados quantitativos, pode-se aplicar alguma técnica qualitativa em segmentos da população a fim de analisar/compreender em profundidade determinado fato verificado na análise quantitativa; o resultado de uma análise qualitativa pode gerar hipóteses a serem testadas por meio de análise quantitativa. Já a integração dos métodos qualitativos e quantitativos requer um cuidado diferenciado daquele requisitado pela combinação (que se dá por um processo de etapas em que cada método é posto em prática em um momento). A integração pode ser realizada de infinitas formas, mas fundamentalmente mescla a visão qualitativa e a quantitativa na obtenção, tratamento e análise de dados. Víctora, Knauth e Hassen (2000) exemplificam a integração dos métodos quantitativo e qualitativo:

Um exemplo desse tipo de abordagem pode ser visto em uma pesquisa desenvolvida pelo NUPACS que, partindo de duas etnografias realizadas em vilas de favela em Porto Alegre, elaborou um Roteiro Etnográfico de Pesquisa: um número de questões fechadas e um número maior de questões abertas que seriam exploradas em profundidade. O N da pesquisa foi 200, distribuídos em 50% de informantes masculinos e 50% femininos. A obtenção de dados foi fundamentalmente qualitativa, mas o processo de tipologização e de sistematização posteriores possibilitaram a quantificação e o tratamento estatístico dos dados. Este processo culminou com a geração de gráficos de Análise Fatorial de Correspondência (AFC), os quais permitiram a visualização de correlações entre variáveis que não teriam sido possíveis caso a pesquisa tivesse se detido aos procedimentos mais comuns tanto na metodologia quantitativa, quanto da qualitativa. [...] (VÍCTORA; KNAUTH; HASSEN, 2000, p.41-42).

⁵ Henrique Freitas e Jean Moscarola (2002) também mostram a importância da relação entre as metodologias quantitativa e qualitativa, embora com um enfoque mais mercadológico do que acadêmico.

Com base no exposto, é possível afirmar que o pesquisador que se apoia em técnicas quantitativas precisa dominar as técnicas qualitativas para seu trabalho e o contrário também é desejável. Isso fica mais explícito ao se verificar a possibilidade de combinação e de integração do “quali” com o “quanti”. E essa necessidade ficará expressa nos objetivos da pesquisa. Assim, concordamos que “la calidad de un científico — recuerda Toulmin — se demuestra menos por su fidelidad a un ‘método’ universal que por su sensibilidad a las exigencias específicas de un problema” (1972, vol. I, p.150 *apud* MARRADI, 2002, p.113).

5. Dessacralizando a pesquisa científica em Ciências Sociais

Muitas vezes o profissional que está sendo formado nas Ciências Sociais encara a pesquisa desenvolvida na área de uma forma um tanto romantizada. O fato de ser possível fazer ciência munido “apenas” de livros e de um gravador parece encantador, pois dá a falsa impressão de que é suficiente a vontade do pesquisador de ir a campo. Entretanto, não basta estar a par de uma técnica de registro de dados para fazer ciência – este é apenas um tijolo da construção complexa do conhecimento científico. De acordo com Blalock Jr. (1973), essa compreensão rasa da pesquisa é resultado do nosso próprio comportamento enquanto pesquisadores, pois “[...] deixamos a impressão de que a pesquisa ou é bastante simples (alguém coleta os fatos e depois junta-os), ou não é realmente necessária” (BLALOCK JR., 1973, p.13).

Antes de ir a campo, há uma série de questões a serem compreendidas. Primeiramente, é preciso ter claro o que é o conhecimento científico. De acordo com Lakatos e Marconi (1991), este pode ser caracterizado como real (se dá com base em fatos); contingente (suas hipóteses são testadas por experimentação); sistemático (conhecimento que segue uma ordem lógica que se funda em uma teoria); verificável (suas hipóteses passam pelo processo de verificabilidade); falível (não é conhecimento que se pretende correto eternamente); aproximadamente exato (um novo arcabouço de proposições e técnicas pode mudar o que entendemos como correto ou verdadeiro). A área de Ciências Sociais é apresentada por Babbie (2003) com características análogas às do conhecimento científico.

A partir dessa compreensão, a pesquisa social pode começar a ser traçada. Tema, problema de pesquisa, objetivos, justificativa, hipóteses e “metodologia” são itens a serem apresentados em um projeto de pesquisa. Especificamente na

área de Ciências Sociais, até esse momento (formulação do projeto de pesquisa) o pesquisador encontra-se “sozinho”. O projeto irá requerer sua dedicação basicamente em leituras e acesso a dados disponíveis sobre a temática escolhida. Para o pesquisador em vias de formação, a pesquisa pode parecer um trabalho que necessita apenas de dedicação e de boa vontade. Afinal, sabe-se que há pesquisas no âmbito das Ciências Sociais (especialmente as que são base para os TCCs – Trabalhos de Conclusão de Curso) que não contam com financiamentos vultosos. É nesse sentido que o estudante iniciante na área pode apresentar um olhar romântico da pesquisa e do campo em si, podendo trazer sérias implicações à área caso não receba informações suficientes durante sua formação para solucionar maus entendidos quanto à pesquisa.

A realidade para a área de Ciências Sociais (e as ciências em geral) não se apresenta nem um pouco romântica. Não basta ter plena informação sobre o que é e como se dá o conhecimento científico, nem ter sólida formação em pesquisa social, se não há meios concretos de realização desta pesquisa. E esses meios estão disponíveis, em geral, via financiamento. Editais de instituições públicas e privadas dão a oportunidade de pesquisadores submeterem seus projetos para, se escolhidos, receberem o financiamento para serem realizados. Contudo, os editais definem os assuntos que serão alvo de financiamento. Em outras palavras, são as instituições financiadoras que definem a meta-agenda (BAQUERO, 2009). Identificar este fato permite dessacralizar a construção do conhecimento científico, reconhecendo que por detrás dele existem agentes reais, muitas vezes dotados de interesses e de visões de mundo, e que tais agentes definem quem receberá apoio ou não. Ao mesmo tempo, o controle que as agências estabelecem sobre a determinação das prioridades nas linhas de pesquisa desvela as relações de poder assimétricas que se ocultam no fazer científico. A ideia de liberdade na definição de temas e de problemas esbarra na definição de linhas prioritárias de pesquisa a receberem verbas de fomento. Assim, o pesquisador se descobre dependente da estrutura de fomento à pesquisa que existe.

Deste modo, de nada adianta o pesquisador ter dedicação e “boa vontade”, menos ainda brilhantismo e erudição, se não detém os recursos necessários para desenvolver sua pesquisa. Esse é um primeiro ponto da visão romântica da pesquisa social que precisa ser questionado/superado. Outra questão que deve ser problematizada é a crença de que a pesquisa pode ser feita como um “exército de um homem só”, ou seja, um pesquisador solitário realizando todas as etapas de uma pesquisa. Mesmo que na pesquisa qualitativa seja adequado um mesmo

pesquisador atuar em diferentes momentos do processo, isso não dá margem para se pensar em grandes estudos em que apenas um profissional dê conta da globalidade da investigação. Independentemente do tipo de análise a ser realizada (quantitativa ou qualitativa), sempre é importante ter recursos humanos qualificados para realizar a pesquisa em suas diversas fases.

Uma saída alternativa ao financiamento de pesquisa quantitativa para obtenção de dados primários é a utilização de dados secundários (ROTMAN, 2006; BABBIE, 2003). “A análise de dados agregados existentes tem a grande vantagem da economia. O pesquisador não precisa arcar com os custos de amostragem, entrevistas, codificações, recrutamento de sujeitos experimentais etc.” (BABBIE, 2003, p.72). Vantajoso por um lado, possui limitações por outro – Babbie (2003) adverte para dois problemas da utilização de dados secundários, quais sejam: a falácia ecológica (nem sempre uma correlação entre características individuais e coletivas é verdadeira) e a limitação de dados disponíveis (nem sempre há exatamente os dados necessários). Entretanto, Freitas e Moscarola (2002) afirmam que a falta de acesso a dados já não é mais um problema de fato, pois cada vez mais dados estão disponíveis na internet. Para esses autores, “o grande desafio que hoje confrontamos é a tomada de conhecimento através dos dados” (FREITAS; MOSCAROLA, 2002, s./p.). Nesse sentido, o pesquisador necessita ter, além de se desfazer de sua visão romântica da ciência, uma boa medida de criatividade, conforme aponta Baquero (2009).

Com base nestes elementos, é possível perceber que a atividade científica é, antes de tudo, uma atividade histórica e socialmente determinada, ou seja, não existe nem é realizada para além do contexto social, econômico e político dado, mas inscrita nele e subordinada a ele. Reconhecer isso permite, não só ao pesquisador, mas também àqueles que tomam contato com os resultados das pesquisas, uma relação mais crítica com o conhecimento produzido e difundido desde o meio acadêmico.

6. Os Problemas que a pesquisa quantitativa impõem ao pesquisador

Uma das características da pesquisa quantitativa é que ela deixa o pesquisador “exposto”. Pelo nível de precisão que a lógica quantitativa impõe, o estudioso é obrigado a fazer escolhas muitas vezes arbitrárias. Assim, por exemplo, no esforço de operacionalizar um conceito teórico, o pesquisador precisa transformá-lo em um número limitado de indicadores empíricos objetivos

e verificáveis. Deste modo, o conceito de “classe social”, para ser mensurado, pode ser convertido em indicadores como faixa de renda, renda familiar, aquisição de bens de consumo, tipo de vínculo empregatício, tipo de atividade laboral, valor de patrimônio etc.

O resultado dessa especificidade da pesquisa quantitativa é que as opções feitas pelo pesquisador podem ser facilmente criticadas. Pode-se muito bem questionar por que utilizar tal variável para analisar determinado aspecto da realidade, e não outra variável. Por que agrupar tal conjunto de variáveis para se construir um índice e não outro conjunto? Ora, os conceitos teóricos são abstrações do raciocínio, não existindo efetivamente na realidade. Estabelecer a ponte que liga teorias e conceitos ao mundo concreto é sempre um exercício de opções e escolhas feitas por qualquer teórico e passível de serem questionadas. Porém, parece-nos que a natureza arbitrária dessas escolhas parece ficar mais evidente na pesquisa quantitativa do que em outras modalidades de pesquisa.

O que poderia ser tomado como uma fragilidade nos parece ser exatamente o ponto forte desta modalidade de pesquisa. Ao obrigar o pesquisador a expor suas escolhas, ao explicitar o “como” procedeu em sua investigação, o método científico, diferencial de outros tipos de conhecimento, fica mais bem delineado. O leitor, seja ele outro pesquisador, um estudante ou um professor, pode melhor acompanhar os processos que estão por detrás do resultado da pesquisa. Isso permite ao leitor dialogar com o texto num nível mais profundo, o de sua construção mesma.

7. O Conhecimento como ensino e pesquisa

O domínio das técnicas e dos métodos de pesquisa não pode ser encarado como um problema que diz respeito somente ao pesquisador ou ao pós-graduando e, no caso dos cursos de graduação em Ciências Sociais, aos estudantes do bacharelado. Mesmo para aqueles que não pretendem realizar pesquisa social, o problema está colocado.

Tal como afirma Severino (2007), o processo de ensino na Universidade deve articular o conhecer e o pesquisar. Nesse sentido e segundo o autor, no ensino superior se conhece pelos processos, e não pelos produtos da pesquisa, ou seja, pela construção, e não pela representação do conhecimento.

Tenho por hipótese, no entanto, que a principal causa intra-muros, do fraco desempenho do processo de ensino/aprendizagem do ensino superior brasileiro parece ser mesmo uma enviesada concepção teórica e uma equivocada postura prática, em decorrência das quais pretende-se lidar com o conhecimento sem construí-lo efetivamente mediante uma atitude sistemática de pesquisa, a ser traduzida e realizada mediante procedimentos apoiados na competência técnico-científica. Muitos teóricos, especialistas em educação, assim como muitas autoridades da área, não conseguem entender a necessidade da postura investigativa como inerente ao processo do ensino. Daí inclusive defenderem a existência de dois tipos de universidades: as universidades de ensino e as universidades de pesquisa (SEVERINO, 2009, p.10).

Mais do que memorizar massas de dados, é necessário analisar os processos que lhes dão origem. Do contrário, pode-se incorrer em uma concepção demasiado positivista, na qual, segundo Cunha (1996, p.32), “o conhecimento é tido como acabado e sem raízes, isto é, descontextualizado historicamente”. Isso significa pensar o ensino e a aprendizagem mediante uma atitude investigativa. Para tanto, a própria aprendizagem pode ser concebida como pesquisa, retirando o estudante da condição passiva de receptor de um conhecimento reificado e conduzindo-o a uma postura de investigador.

Dentro dessa concepção, dominar métodos e técnicas de pesquisa passa a ser fundamental. Representa a possibilidade de aprofundar a intersecção entre licenciatura e bacharelado, graduação e pós-graduação, reunificando ensino e pesquisa na prática cotidiana da formação em ciências sociais. A partir disso, o estudante pode estabelecer outra relação com seus estudos, mais autônoma e crítica, uma vez que estará capacitado para conhecer e avaliar como o conhecimento que adquire foi construído.

É mediante este processo que o fetiche dos números pode ser desconstruído. Ao conhecer os procedimentos que permitem a construção dos números, estes podem deixar de se apresentar ao leitor como algo mágico e externo à racionalidade, e retornarem à sua condição real de mera parte de um processo anterior de pesquisa realizado por um sujeito que domina os mesmos procedimentos que o leitor domina. Assim, pode-se diminuir a distância entre quem lê e quem escreve, e permitir que o aluno, munido do conhecimento acerca dos processos que geram o conhecimento, possa conhecer a partir da condição de sujeito crítico.

Considerações finais - conhecimento crítico e hegemônico

Desde essa perspectiva, queremos colocar um problema acerca do conhecimento que é (re)produzido nas universidades brasileiras e latino-americanas. Enquanto um certo senso comum acadêmico muito fala de paradigmas já superados e da necessidade de se construir novos paradigmas, queremos situar o problema em outros termos. O Brasil e a América Latina têm se caracterizado por serem parte da periferia do sistema mundial. Não só em termos econômicos, mas também acadêmicos e culturais. Isso tem implicado a importação de referenciais teóricos e explicativos de centros consagrados, como Europa e Estados Unidos. Parece comum o estudante de ciências sociais estar mais familiarizado com autores franceses ou norte-americanos do que com brasileiros e latino-americanos.

Assim, decorre que adotamos modelos explicativos construídos com base em outras realidades e mediante outras preocupações para tentar analisar a nossa. Quando o cubo não se encaixa no buraco do triângulo, não questionamos o cubo, revelando uma apropriação acrítica destes mesmos modelos.

O fato é que a construção do conhecimento científico ocorre sob certas circunstâncias históricas, no marco de relações de poder que moldam e instituem este conhecimento. Deste modo, há uma determinada gama de referenciais que se torna hegemônica, e termina por se impor sobre aquelas realidades periféricas.

O resultado se traduz na valorização de ensaios que se caracterizam muito mais pelo número de vezes que citam as 'autoridades' reconhecidas do que pela tentativa de propor algo diferente. Tal atitude conduz à reprodução do conhecimento, e não à valorização do conhecimento crítico e de incidência (BAQUERO, 2009, p.13).

Apropriar-se sem as devidas mediações do que vem do centro hegemônico e aplicá-lo em contextos tão distintos como o nosso, independentemente deste conhecimento estar identificado com velhos ou novos paradigmas, parece-nos perpetuar o problema ao invés de resolvê-lo. Concordamos com Baquero (2009) quando ele afirma que, em países periféricos ou em desenvolvimento, o pesquisador de Ciências Sociais não deve se subordinar a ou ser subjugado pelo conhecimento estabelecido quando este não dá respostas adequadas aos fenômenos sociais atuais.

Ou seja, desde este ponto de vista, está colocado o desafio da construção de um novo tipo de conhecimento. Da síntese do que está sendo produzindo ao

Norte com as peculiaridades únicas do que está ao Sul. Ou ainda, da apropriação marcadamente crítica do que é criado no centro com a agregação do conteúdo particular do que há na periferia.

É neste sentido que nos parece extremamente frutífero pensar o domínio dos métodos e das técnicas quantitativas como uma forma de permitir ao estudante estabelecer outra relação com o conhecimento que adquire. Mais ainda, o domínio das diferentes metodologias e técnicas de pesquisa permite explorar suas complementaridades, romper com os antagonismos artificiais e articular a quantidade com a qualidade na análise da totalidade do real. Ao mesmo tempo, a apropriação de tais técnicas pelos pesquisadores, aplicadas a outras problemáticas advindas de outras realidades, pode possibilitar a subversão do conhecimento hegemônico e a construção do novo. Romper com as falsas dicotomias, reproduzidas muitas vezes pela simples inércia acadêmica, significa abrir um novo horizonte intelectual. Por fim, àqueles que não estão focados estritamente na atividade de pesquisa, compreender como ocorre a construção do conhecimento, em todos os aspectos aqui esboçados, é base para uma postura crítica e questionadora, necessária para se pôr em cheque a relação atual das ciências sociais entre Sul e Norte.

Referências

BABBIE, Earl. **Métodos de pesquisa de survey**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

BAQUERO, Marcello. **A Pesquisa quantitativa nas Ciências Sociais**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

BLALOCK JR., H. M. **Introdução à pesquisa social**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

CHILCOTE, Ronald H. **Teorias de política comparativa: a busca de um novo paradigma reconsiderado**. Petrópolis: Vozes, 1997.

CUNHA, Maria Isabel da. Ensino com pesquisa: a prática do professor universitário. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 97, maio 1996.

DILTHEY, Wilhelm. **Historia de la Filosofía**. México: Fondo de Cultura Económica, 1951.

FREITAS, Henrique; MOSCAROLA, Jean. Da Observação à decisão: métodos de pesquisa e de análise quantitativa e qualitativa de dados. **RAE-eletrônica**, v. 1, n. 1, 2002. Disponível em: <<http://www.rae.com.br/eletronica/index.cfm?FuseAction=Artigo&ID=1159&Se>

cao=INFORMA%C7%C3O&Volume=1&Numero=1&Ano=2002>. Acesso em: 14 dez. 2012.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1991.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2010.

MARRADI, Alberto. Método como arte. **PAPERS - Revista de Sociología**, Barcelona, n. 67, 2002.

QUIVY, Raimond; CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de investigação em Ciências Sociais**. Lisboa: Gradiva, 2008.

ROTMAN, Santiago. Metodología de la investigación en Ciencia Política. In: AZYAR, Luis; DE LUCA, Miguel (Orgs). **Política – cuestiones y problemas**. Buenos Aires: Ariel, 2006.

SANTOS FILHO, José Camilo; GAMBOA, Sílvio Santos (Orgs). **Pesquisa educacional: quantidade-qualidade**. 6ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **A Produção do conhecimento na Universidade: articulando ensino, pesquisa e extensão**. 2009. Disponível em: <http://www.uba.ar/imagenes_noticias/image/Antonio%20Joaquin%20Severino.pdf>. Acesso em: 26 out. 2013.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

VÍCTORA, Ceres G.; KNAUTH, Daniela R.; HASSEN, Maria de N. Agra. **Pesquisa qualitativa em saúde: uma introdução ao tema**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000.

Texto enviado em: 15/04/2014
Aceito em: 26/06/2014